

A invenção do “Turismo Social” no Serviço Social do Comércio (Sesc)

Bernardo Lazary Cheibub¹

Resumo: Este trabalho é fruto de uma investigação em andamento, desde 2011 - realizada no doutorado em História, Política e Bens Culturais da FGV, orientada pela profa. Bianca Freire-Medeiros - acerca da origem, constituição e implementação da ideia de turismo social no Sesc, examinando as circunstâncias em que o lazer e o turismo tornam-se relevantes nas suas políticas. Procuramos entender as metamorfoses e readequações que nortearam as práticas da Instituição, e como suas diretrizes, posturas e intenções vêm dialogando com as modificações no conceito de turismo social no Brasil e no mundo. Em conformidade com nossa pesquisa, a metodologia privilegiada tem sido a história oral, no intuito de fazer o registro da história de vida de pessoas envolvidas com o Turismo Social. Foram realizadas dezessete entrevistas com profissionais do Sesc-DN e do Sesc-SP – departamentos atuantes e “atentos” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativos na história do fenômeno no país. Foram feitas algumas visitas à Biblioteca do Sesc-DN e ao setor de memória e documentação do Sesc-SP, lugares que congregam documentos importantes relacionados à história do Turismo Social na Instituição.

Palavras-chave: Turismo social. História. Sesc. Lazer. Turismo.

Introdução.

Nos últimos anos o turismo vem, inegavelmente, se submetendo a um progressivo processo de expansão no Brasil e no mundo. Nesse quadro de crescimento, um dos principais desafios é promover a distribuição equitativa das oportunidades que insurgem engendradas pela atividade turística. Questões econômicas, sociais, espaciais, políticas, culturais e físicas constituem algumas das barreiras que restringem a fruição do turismo enquanto possibilidade de lazer para a população de um modo geral.

Nesse cenário, iniciativas que pretendam democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica. Considerando-se o lazer como um *direito social*, suas configurações não deveriam representar nenhum tipo de privilégio. Mas infelizmente não é assim que as coisas vêm se encaminhando. Sobretudo se pensarmos que, em geral, as ações governamentais brasileiras nesse setor são escassas e, quando existem, ineficientes do ponto de vista social. O Ministério do Turismo, por exemplo, tem liberado nos últimos seis anos uma considerável quantidade de

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela FGV; Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG; Especialista em Pedagogia da Cooperação pela Unimonte; Especialista em Lazer pelo Senac-SP; Bacharel em Turismo pela Anhanguera Educacional. Professor e Pesquisador da Faculdade de Turismo e Hotelaria da UFF. *Email:* bernardocheibub@id.uff.br

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

recursos para a organização do turismo no Brasil², mas a forma de endereçamento dessas iniciativas visa sempre associações empresariais ou outros segmentos patronais. A população menos favorecida, que é quem deveria usufruir das benesses do crescimento dessa economia, bem como das ações públicas para com ela, se veem à margem de todo o processo, participando, quando muito, como coadjuvantes ou mão de obra precarizada.

Na minha dissertação de mestrado – realizada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG - tangenciei essas questões ao analisar as mediações existentes no projeto Turismo Jovem Cidadão (TJC), iniciativa subsidiada pelo Sesc do Rio de Janeiro, que intentava proporcionar a jovens de comunidades de baixa renda visitas a pontos turísticos e equipamentos de lazer e cultura da cidade, o que, segundo a própria instituição, se inseria na perspectiva do turismo social. Em razão do objetivo do trabalho, não couberam na pesquisa de mestrado questionamentos a respeito das intencionalidades do Sesc enquanto instituição ou de seu desempenho geral na área de Turismo. Neste trabalho venho tentando dar conta dessas questões, inclusive incorporando uma dimensão longitudinal por meio de uma pesquisa historiográfica.

O recorte cronológico abarca desde 1979 - ano em que o Departamento Regional do Sesc de São Paulo passa a desenvolver excursões, passeios e viagens com maior frequência e tenta se aprofundar conceitualmente ao se aproximar de órgãos internacionais de relevância política na área - até as ações mais contemporâneas. Apesar do extenso período a ser estudado, as análises focam uma experiência específica, sem deixar de contextualizá-la em relação a outras ações da Entidade e ao turismo social desenvolvido para além do Sesc. Especialmente circunscrevemos a pesquisa aos departamentos nacional (Sesc-DN) e regional paulista (Sesc-SP), dois departamentos atuantes e “atentos” às ideias e mudanças envolvendo o turismo social no mundo e representativos na história do turismo social no país.

A motivação central para esta investigação foi a consideração da importância de se discutir o turismo social, especialmente em uma sociedade tão eivada de desigualdades sociais, como é o caso da brasileira. Em outras palavras, como estão sendo pensadas e desenvolvidas concretamente as ações que envolvem a experiência turística como possibilidade de lazer para indivíduos e grupos que se encontram à margem do acesso aos espaços, cidades, paisagens, pessoas, experiências e ritmos distintos dos que se apresentam em seus cotidianos?

O tema parece-nos atual e relevante socialmente, pois trata da perspectiva de indivíduos envolvidos pela difusão de imagens (propagados especialmente pela televisão e pela *Internet*) de

² O incremento e o apoio que o setor turístico brasileiro e seus órgãos regulamentadores vêm recebendo são consequências da definição do país em sediar megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

atraentes e diferentes lugares, porém excludentes a uma considerável parte da população. Num momento em que, no Brasil, o turismo e a viagem estão presentes como um conjunto de aspirações para um número cada vez maior de pessoas, torna-se relevante uma pesquisa que resgate um contexto institucional que oscila e apresenta complexos matizes entre dois polos: oportunidade para quem não teria a chance de vivenciar tais experiências e, ao mesmo tempo, instrumento de controle e busca de paz social.

Para conhecermos as políticas e ações nos diferentes âmbitos da sociedade que tenham como premissas as demandas sociais e a inclusão na experiência turística, é necessário entender o momento histórico em que a atividade passa a ser pensada, organizada e inserida nas políticas públicas, recebendo apoio e incentivo.

A popularização do turismo no mundo.

O Reino Unido foi “o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a Revolução Industrial produziu” (Porter, 2001: 21). O turismo organizado para os trabalhadores surge com o objetivo, por parte dos burgueses e autoridades religiosas, de ser um lazer mais organizado e contido do que as manifestações relacionadas com a festa, bebedeiras e apostas que ocorriam no espaço público urbano (Ouriques, 2005). Diferentemente de outras formas de lazer que passaram por este processo de controle, o turismo já nasce cordato e com o desígnio de competir com outras atividades menos disciplinadas, como bem aponta John Rule:

Era necessário um poderoso magnetismo para atrair a população trabalhadora e retirá-la de suas tabernas; entre os recursos que mais se utilizavam, em especial depois do início da época das ferrovias, estavam as excursões organizadas e os dias de campo (1990: 324).

É notório que o campo político ao longo da história se aproveita intensamente do interesse econômico que insurge da fulgente atividade turística. É sem dúvida alguma reconhecida mundialmente como um dos principais setores da economia, influenciando e sendo influenciada pela política econômica da maioria dos países. Neste contexto, o turismo foi e é fundamental enquanto instrumento de poder e tentativa de controle por parte dos Estados e das grandes Instituições, seja como atividade econômica, seja como experiência sociocultural, o que nos faz indagar: o que está por de trás das ações envolvendo a experiência turística oportunizada em diversos momentos e por diferentes Instituições na Europa e na América Latina? De maneira geral, quais são suas intenções ao oferecerem e facilitarem o acesso ao turismo para pessoas que teriam escassa ou nenhuma possibilidade de vivenciá-lo, prática intitulada majoritariamente de *turismo social*?

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Podemos perceber, de maneira longitudinal, que, a popularização efetiva do turismo no decorrer do século XX se desdobra em dois processos inicialmente distintos, mas que em alguns momentos apresentaram pontos de contato. Por conta do considerado aumento do tempo de não trabalho e a necessidade de controle deste tempo por parte dos diferentes Estados, o turismo social se desenvolve a partir de políticas públicas no início do século XX, permanecendo – com continuidades, rupturas e mudanças – até os dias atuais. Já o turismo de massa é oriundo de um processo que ocorre a partir de meados do século XX. Helton Ricardo Ouriques afirma que, além da disseminação das férias pagas, a segunda revolução nos transportes, “[...] por meio do automóvel e do avião, foram meios necessários para uma ‘massificação’ dos deslocamentos humanos” (2005: 33); que, naquele momento, recebe a contribuição fundamental dos meios de comunicação de massa (especialmente a televisão), difundindo imagens do “mundo” e sensibilidades relacionadas ao lazer e ao turismo, intensificando anseios e desejos. Logicamente que o turismo social se aproveita desta massificação, todavia os dois diferem nos princípios e, relativamente, na intencionalidade. Enquanto o chamado turismo de massa ou comercial apresenta uma lógica que já está dada, baseada no capital, onde predomina a ideia de lucro, o turismo social se situa num jogo político complexo permeado de ideologias, resultado de tensões existentes entre capital, trabalho e luta de classes.

A partir da década de 1920, países como Itália e Alemanha criaram infraestruturas e incentivos para que os trabalhadores de baixa renda tivessem acesso ao turismo em grupos. Deve-se destacar a importância histórica do turismo interno no período entre 1933 e 1945 na Alemanha - conhecido como Terceiro Reich ou Alemanha Nazista – operando o ajustamento do povo Alemão por meio das viagens, intensamente acompanhadas pela propaganda Nazista (Spode, 2004; Baranowsky, 2004). Nestas primeiras experiências com turismo social podemos perceber a clara intenção de controle dos tempos livres e de férias das massas feito por países totalitaristas, com objetivos político-partidários de assegurar a gratidão do povo (Falcão, 2006).

O intitulado *Welfare State*, desenvolvido de distintas maneiras pelos Europeus, também promoveu a experiência turística para os trabalhadores e seus familiares, especialmente nos países que vivenciaram politicamente uma socialdemocracia. Na opinião de Hjalager,

[...] quando ‘welfare’ e ‘turismo’ são mencionados juntos, na maioria das vezes o que vem à mente são as intituladas “férias pagas”. Instalações subsidiadas para os menos favorecidos também podem ser consideradas nucleares dentro da ideologia do Welfare State durante o século XX (2004: 46).³

³ Esta citação direta retirada do artigo *Innovation in Tourism from a Welfare State* de Hjalager (2004) – obra ainda não traduzida para o português - foi vertida pelo autor do presente artigo.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

A recuperação física e mental dos trabalhadores passa a ser uma preocupação dos sindicatos, o que contribui para a difusão das férias e do turismo, sobretudo a partir da década de 30. Se aprofundarmos as análises, perceberemos os Estados se aproveitando desta propagação, ao desenvolverem um discurso do turismo como promotor da harmonia e da paz entre os povos (Guimarães, 2012).

A base do turismo social na modalidade em que se pratica em quase todo o continente europeu - assim como seu conceito mais disseminado - surge na França pouco antes da 2ª Guerra Mundial: em 1936, ano da Convenção da Organização Social do Trabalho, criou-se a primeira Secretaria do Lazer em âmbito governamental. Na opinião de Falcão, “[...] a difusão da prática do turismo para as camadas populares pode ser considerada uma consequência das conquistas obtidas pelos movimentos de trabalhadores” (2009: 121). No ano seguinte, o turismo social foi estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tous* (entidade gerida por trabalhadores), movimento posteriormente seguido por Portugal e Bélgica. Aliás, estes dois países são importantes na história do Sesc.

Em Portugal, o Instituto Nacional para a Promoção do Tempo Livre dos Trabalhadores (Inatel⁴), órgão público fundado em 1935 e tutelado pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social, foi a inspiração ideológica do Sesc e o modelo parcial para a sua estrutura organizacional. De acordo com Dionino Colanezi⁵, a ideia surge da viagem realizada à Portugal pelo empresário João Daudt de Oliveira, um dos fundadores e primeiro presidente do Conselho Nacional do Sesc.

Já a Bélgica presencia a criação do Bureau Internacional do Turismo Social (BITS). O BITS (atual OITS – Organização Internacional de Turismo Social) se auto define como uma ferramenta internacional para o desenvolvimento do turismo social no mundo. Criado em 7 de junho de 1963, com sede em Bruxelas, é uma associação filantrópica internacional, cuja finalidade é promover o turismo social⁶, afirmando-se como uma fonte de intercâmbio de ideias e constituindo-se para os poderes públicos em um centro permanente de informações, capaz de instruí-los sobre a concepção e o desenvolvimento do turismo social no quadro de uma política nacional (Bureau, 1980). Veremos adiante que o Sesc se aproxima de maneira estreita com o OITS, sendo a primeira instituição das Américas a filiar-se à Organização, em 1980.

⁴ Criada inicialmente como Fundação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT), a Fundação Inatel afirma-se como uma instituição prestadora de serviços sociais, dentre estes, o turismo social e sênior.

⁵ Assistente social, representante durante anos do Conselho Técnico de Turismo da Federação do Comércio de São Paulo. Signatário da Declaração de Montreal, foi a primeira pessoa, nas Américas, a integrar a OITS. Atualmente está aposentado pelo Sesc. Entrevista concedida dia 22/11/2012 em sua residência na cidade de São Paulo.

⁶ Compreendido por eles como um conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da ideia de serviço e não de lucro (Bureau, 1996).

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Nos exemplos de aplicação do turismo social, podemos perceber que cada país fornece uma maneira diferente de realização. Nos países considerados neoliberais, como a Grã-Bretanha e os EUA, o turismo social é um fenômeno bem menos conhecido, e raramente recebe apoio do setor público. Já em países como França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social utiliza dinheiro público e ocorre, basicamente, durante os feriados nacionais; nestas nações, a base para a oferta é a percepção do desfrutar do turismo como um direito de todos (Minnaert *et al*, 2009). “Nas Américas, o país precursor do turismo social foi a Argentina. Suas primeiras ações nessa forma de turismo surgiram em 1945” (Falcão, 2009: 122). Pode-se afirmar que o turismo social na maior parte da Europa e em alguns países latino-americanos foi e é desenvolvido de maneira central pela iniciativa de órgãos públicos, o que difere da experiência brasileira (Falcão, 2006). No Brasil, quem passa realmente a desenvolver ações turísticas com mais regularidade é o Serviço Social do Comércio. Além do Sesc, podemos mencionar alguns projetos sociais de ONG’s e empresas privadas que contingencialmente organizam algo do gênero.

Os papéis exercidos pelo turismo social.

Mobilizamos para a reflexão iniciada no item anterior as ideias de Nelson Carvalho Marcellino (1987), ao tratar dos valores mais comuns atribuídos ao lazer, compreendendo o turismo como uma de suas formas. O autor chama a atenção para uma visão funcionalista, que se manifesta em algumas abordagens, dentre as quais a utilitarista e a compensatória. A primeira reduz o “lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento” (1987: 37). Na segunda “o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho” (1987: 37). Em contraponto a esta instrumentalização do lazer como recurso de dominação, emerge uma compreensão crítico/emancipatória, retratada por Dumazedier (1973): “[...] o lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma nova felicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura” (272).

Encontramos, inseridos na abordagem funcionalista, autores e projetos que compreendem e reificam sua importância somente como válvula de escape ou produtivizado. No entanto, ao se propagar uma abordagem crítico/emancipatória, acaba-se trocando um funcionalismo por outro. Ou seja, o lazer passa a não ser mais encarado como uma ferramenta de alienação ou compensação, mas um instrumento para o fortalecimento de consciências, para a construção de uma nova ordem, de mudanças sociais e etc. Por mais enaltecido que pareça este enfoque, o lazer continua a ser vislumbrado somente quando apresenta uma função definida e específica.

Ao esmiuçarmos historicamente o papel que o turismo social – notadamente uma prática de lazer - adquire nos diferentes contextos políticos, tanto no Oeste Europeu como no Brasil, percebemos de maneira clara dois tipos de experiências, podendo, esporadicamente, se

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

coadunarem: uma forma **recuperativa** e de descanso, aonde os usuários teriam mais “liberdade”, sem uma programação pré-definida; e uma forma **funcional** e edificante, apresentando atividades conteudísticas, aonde, partindo da ideologia Institucional, haveria uma busca por inovação e um formato, que, do ponto de vista de quem organiza e oferece, enriqueceria culturalmente o participante.

Esta 2ª ideia emerge claramente na parte final da definição de turismo social de Vilmar Jacques, técnico de turismo do Sesc:

[...]. É importante frisar que deve existir um enriquecimento cultural abrangente, dentro de uma proposta crítica com relação ao consumismo, que vise ao pleno bem-estar social e à melhoria da qualidade de vida de seus participantes (apud Falcão, 2006: 135).

Esta definição se aproxima também das concepções expostas pela OITS, especialmente na sua declaração de Montreal, em que a Entidade agrega questões como o turismo de base comunitária, equidade social pelo turismo e no turismo, responsabilidades individuais de turistas e anfitriões, turismo para jovens, turismo para portadores de deficiências e economia social solidária (Bureau, 1980). Nos casos supracitados, podemos também enxergar uma educação através do Turismo, numa tentativa de levar as pessoas a um “novo tempo”; este discurso educacional tem como pano de fundo uma ideia civilizatória, envolvendo a classe média com a retórica do desenvolvimento cultural. Débora Silva recheia a discussão relacionada ao contexto brasileiro, ao dizer que:

Além da notável difusão do lazer via Sesc, a partir de 1969 foi cada vez mais frequente o uso do termo ‘lazer’ nos discursos políticos, destacando-se principalmente as práticas consideradas saudáveis como forma de combate ao ócio, considerado um perigo social. O lazer se constitui, aos poucos, como um instrumento de disciplina e organização da sociedade, voltado ao ajustamento e à educação social, fato que pode ser observado por meio da análise das formas de controle dos usos diversificados do “tempo livre”, que na época passaram a ser substituídas por formas de lazer institucionalizadas (2008: 101).

Não queremos dar a entender que julgamos mal a desenfreada síncope por dar oportunidade, assim como observado no TJC, contudo, questionamos se é válido, sabendo dos objetivos de determinadas instituições, tentar incluir a todos em uma lógica que homogeniza os gostos e desejos pessoais, deixando de enfrentar (e por que não questionar) uma situação de exclusão estrutural, a começar pelo lazer. Existe um discurso de bem-estar social presente nos intentos de vários projetos envolvendo o turismo, o que sugere, muitas vezes, uma lógica funcionalista e possivelmente assistencialista, como bem nos apresenta Ribeiro (2006: 159):

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

[...] há sujeitos sociais com o poder de incluir e há os que são considerados objetos e, portanto, que são incluídos ou que, numa perspectiva assistencialista e de manutenção do *status quo*, são colocados para “dentro” novamente. Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos – os excluídos – ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sob controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social.

A ideia de turismo, quando encarada dentro da ótica da inclusão social, é premissa para se chamar “turismo social”? Antes de classificar, devemos perguntar: o que é e o que quer o turismo social? Em outras palavras, incluir em quê e por quê?

O outro papel enxergado para o turismo social é o que nomeamos de recuperativo, o qual tem sido desenvolvido por boa parte das Instituições e Estados Europeus. Neste formato, o turismo estaria mais desprendido de função, oferecendo o acesso e a estrutura necessária – principalmente o transporte e a hospedagem - para que a experiência turística ocorra, porém não desenvolvendo atividades conteudísticas nem uma programação anteriormente planejada. Neste sentido, o turismo pode ser visto como uma “simples” quebra da rotina, com vistas ao descanso, assim como, do ponto de vista de quem exerce o poder, pode apresentar a “função” de recuperar os trabalhadores para a volta ao trabalho, descansados da fadiga e, conseqüentemente, mais fecundos.

No Sesc, instituição que engloba a maior parte das ações envolvendo o turismo social no Brasil, percebe-se, até o final da década de 1990, um papel mais recuperativo. A mudança acontece por conta da necessidade de se diferenciar das agências de turismo privadas, que, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, tentaram judicialmente limitar a atuação do Sesc, por acreditarem que este estava competindo injustamente e “roubando” o público daquelas⁷. Por tal motivo há o movimento estratégico da Instituição em incluir uma programação diferenciada - a qual podemos nomear de “edificante” -, com o intuito de não se igualar ao que foi e é oferecido pelo mercado.

Já nos países continentais da Europa ocidental, os quais desenvolvem o turismo social desde a década de 30, podemos indicar o movimento inverso. Como vimos na seção anterior, a maior parte das associações e órgãos públicos começou a ofertar experiências turísticas numa perspectiva funcionalista (com um caráter claramente ideológico), relativamente até o início do atual milênio. Por conta da conhecida crise econômica sofrida por boa parte destes países na 1ª década do século XXI, houve uma brutal diminuição no apoio que algumas associações e centros

⁷ Os documentos relacionados à disputa jurídica e normativa entre as agências de turismo privadas e o setor de Turismo Social do Sesc-SP fazem parte do acervo do Sesc-memória.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

de férias recebiam dos seus respectivos governos. Com isso, além do arrefecimento quantitativo do acesso dos beneficiários, algumas destas associações precisaram se adequar financeiramente e, conseqüentemente se aproximaram, em termos organizacionais e estruturais, do que é oferecido pelo mercado turístico; na tentativa de diminuição de custos, parece-nos que o papel recuperativo das atividades de turismo social se mostra visivelmente menos custoso.

Após este exame comparativo do desenvolvimento, da provisão e dos valores subjacentes ao fenômeno nos dois continentes, de maneira geral, observamos ideologias similares, porém diferentes visões na organização e execução do turismo social, sobretudo nas primeiras décadas - visões estas que posteriormente se invertem por razões distintas.

Turismo social: concepções.

A ideia de turismo aludida pelos diferentes países na seção anterior, quando encarada dentro da ótica da educação para o lazer e da inclusão, pode se tornar uma importante aliada na transformação da realidade de pessoas que não se caracterizam “exatamente pelo gozo pleno dos direitos da cidadania” (Magnani, 1996: 32), as chamadas “Minorias Sociais”⁸. Neste sentido, entende-se por Turismo Social um conjunto de ações que “[...] permitam o acesso ao turismo de amplos setores da população, os quais por insuficiência de meios econômicos ou por falta de hábito, de educação ou de informação [...]”, permanecem fora do movimento turístico (CTS⁹ apud Ortuño, 1976: 218). Já o Serviço Social do Comércio (Sesc) concebe o turismo social como “ações que oportunizam a integração social, favorecendo a apreensão de bens culturais e a educação para e pelo turismo, garantindo o acesso da clientela a estas mesmas ações, através da oferta de serviços acessíveis ao seu poder aquisitivo” (Costa apud Almeida 2001: 89). Podemos, nestas concepções, notar a primeira característica presente no turismo social: *o acesso para quem não tem condições financeiras*, algo que até hoje provoca discussões no campo acadêmico por, muitas vezes, ser considerado seu único elemento constitutivo.

No Sesc-SP, os termos "turismo para os pobres" e "turismo para todos" não são bem aceitos pela maior parte dos profissionais atuantes. Quase todos os entrevistados afirmam que no turismo social, tão ou mais importante do que o acesso dos que estariam “à margem” são os conteúdos propostos nas atividades turísticas. Na realidade, é comum observar a preocupação que muitos dos entrevistados têm de clarificar de imediato a diferença entre o "turismo social" e o "turismo de massa". Desta forma, ao rechaçarem os termos mencionados acima, os profissionais apresentam uma forte inclinação em incluir ideias como "turismo sustentável", "turismo de base

⁸ O termo minoria se justifica por remeter não somente ao aspecto numérico, mas por contemplar “[...] grupos que podem ter um número elevado de membros, mas que têm menor acesso aos mecanismos de poder” (Melo, 2003: 24).

⁹ Comitê de Turismo Social, criado pela Organização Europeia de Cooperação Econômica em 1961.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

local" e "turismo cultural" na vasta e multifacetada concepção do turismo social, sem uma reflexão aprofundada sobre seus reais significados.

Falcão, técnico do Sesc-DN, apresenta-nos um quadro comparativo que difere o turismo de massa (tradicional) do turismo social (nomeado por ele como “turismo do desenvolvimento”):

Diferenças entre o turismo tradicional (de massas) e o turismo do desenvolvimento (para todos)

Turismo tradicional	Turismo do desenvolvimento
O turista se isola	O turista se integra
Concentração de benefícios	Distribuição de benefícios
Receita	Riqueza
Objetivo de desenvolvimento macroeconômico	Objetivo de desenvolvimento Integral
Comunidade a serviço do Turismo	Turismo a serviço da comunidade
O turista consome	O turista aprende
Ordenamento programático	Expansionismo científico
Crescimento sem limites	Limites em prol do bem-estar

Fonte: Falcão (2006: 133).

Apesar da tentativa teórica do autor em confrontar o turismo social e o comercial, vemos que os limites entre os dois nem sempre são muito claros. Sergio Rodríguez Abitia observa que:

Hoje, qualquer organização turística que se identifique [...] com a meta de tornar as viagens e o turismo acessíveis ao maior número de pessoas – diferenciando-se assim do único objetivo de maximização dos benefícios – pode requerer sua entrada no movimento de turismo social. (2006: 148).

De acordo com Lynn Minnaert *et al* (2012), há algumas décadas, os grupos habitualmente beneficiados pelo turismo social na Europa são os idosos, os jovens, os deficientes físicos e as famílias, demonstrando uma mudança em relação ao começo do fenômeno naquele continente, relacionado majoritariamente aos operários da indústria e demais trabalhadores braçais. Podemos observar que a Organização Mundial de Turismo reforça esta faceta, ao exprimir sua opinião sobre o Turismo Social no seu difundido Código de Ética (OMT, 2001), particularmente nos números 3 e 4 do artigo 7º acerca do direito ao turismo, onde se recomenda que

[...] o turismo social, e nomeadamente o turismo associativo, que permite o acesso do maior número de cidadãos aos tempos livres, às viagens e às férias, deve ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas [...] o turismo das famílias, dos jovens e dos estudantes, das pessoas de idade e dos deficientes deve ser encorajado e facilitado [...].

No Brasil, no desenvolvimento do Turismo Social (quase “sinônimo” de Sesc), ainda é priorizado o acesso aos trabalhadores. Dos mencionados acima, o grupo mais frequente é o de idosos. Jovens, deficientes físicos e famílias ainda são raros nas práticas de turismo social no país.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

O trabalhismo no Brasil e os Serviços Sociais.

Para nortear contextualmente a história do turismo no Sesc, precisamos compreender o que Ângela de Castro Gomes denomina de “invenção do trabalhismo” (1994), que nos traz a perspectiva de construção do cenário em que os Serviços Sociais foram criados no Brasil. Com a instauração do Estado Novo em 1937, os direitos do trabalho foram eleitos como direitos da justiça social já que os direitos políticos e civis foram suspensos. A cidadania passou a estar ligada ao exercício da profissão e a carteira de trabalho passou a ser o seu símbolo (Brêtas, 2008). Na opinião de Gomes, o processo de constituição da classe trabalhadora no Brasil como ator político “implica em lidarmos com a questão da construção do conceito de cidadania e mais particularmente, com a questão da extensão de cidadania aos setores populares” (1994: 6). Neste “novo” mundo de direitos, o lazer representa um papel crucial, sobretudo nos Serviços Sociais.

Segundo Aline Amoedo Corrêa (2008), pode-se enxergar as décadas de 30 e 40 no país como um período marcado pela paulatina substituição do modelo agroexportador para o modelo industrial, o que trouxe desdobramentos diversos, inclusive no que se refere à urbanização. O adensamento do processo de industrialização nos anos 40 teve como consequência o acirramento da chamada *questão social*: pressionados pelos movimentos sindicais,

[...] Estado e empresário optam em investir em programas de assistência e bem-estar social para a classe trabalhadora com a intenção de criar mecanismos de controle mais sutis, capazes de ‘adaptar’ e ‘ajustar’ o contingente de mão-de-obra às novas relações de trabalho (Corrêa, 2008: 8).

A pesquisa de Ângela Brêtas (2007) enfatiza que os Serviços Sociais devem ser considerados como experiências complexas e contraditórias, pois além de possuírem intenções de controle e de manipulação, ainda estavam fortemente marcados pela ideologia presente no Estado Novo. Os Serviços ofereceram aos trabalhadores sindicalizados “a oportunidade de fruição de vivências culturais que eram consideradas extremamente benéficas e necessárias para a formação/educação do novo trabalhador, fundamental para os novos tempos” (Brêtas, 2008: 4). Ao mesmo tempo os trabalhadores passam a ter acesso a uma diversidade maior de experiências; como corroborado por Corrêa, as atividades organizadas pelos Serviços

[...] poderiam oferecer, à fração do operariado que as usufruía, a entrada em um universo de outros conhecimentos e linguagens que poderia lhes dar chances de ampliar sua compreensão sobre o mundo e lhes fornecer mais instrumentos para nele se movimentar (2008: 2).

Na opinião de Leila Pinto (2008), a recreação operária no Brasil do século XX é a primeira tentativa de organização institucionalizada do tempo de não-trabalho dos operários – as atividades físicas e o esporte são proporcionados com o objetivo de delinear corpos fortes e

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

saudáveis para a labuta. O Serviço de Recreação Operária (SRO), órgão criado em 1943 pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em atuação na cidade do Rio até 1964, “[...] destinava-se a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias e tinha o objetivo de coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração” (Brêtas, 2008: 2). Podemos elucidar a premissa utilitarista mencionada por Pinto com o depoimento do prof. de Educação Física Vinícius Ruas, organizador de atividades do SRO:

[...] os desportos representam a forma da atividade física que melhor corresponde as necessidades do adolescente e adulto. Traduzem exercícios físicos que se realizam, individual ou coletivamente, segundo regras pré-estabelecidas e aceitas internacionalmente. Os desportos poderão ser encarados como agente educacional, elemento de recreação, meio de competição ou recurso profissional, em cada um desses casos apresenta características próprias que o identificam (apud Rodrigues, 2010: 142-143).

Juliana Rodrigues (2010) afirma que dentre as diversas atividades oferecidas pelo SRO, encontram-se as excursões, o que, mesmo que incipiente e sem dialogar intensamente com uma concepção mais ampla, pode estar na raiz ou “pré-história” do turismo social no Brasil.

Um breve histórico do Sesc.

Percebemos nas seções e capítulos anteriores uma importância atribuída ao lazer organizado dos trabalhadores – amparado pelo discurso de “bem-estar social” ou “paz social” – verificada especialmente na década de 40 em diante. Neste contexto, o Sesc enquanto instituição destinada a dar conta da estratégia de controle do tempo do trabalhador, lança mão de possíveis mecanismos capazes de “acomodar” o trabalhador à dinâmica social brasileira durante este percurso, dentre eles, atividades programadas de turismo, intituladas posteriormente por eles de turismo social.

O Sesc compõem o chamado sistema ‘S’, que além de terem em comum seu nome iniciado pela letra s, compartilham raízes e características organizacionais. Além do Sesc, existe o Senac (serviço nacional de aprendizagem comercial), representantes do setor de comércio e serviços; Sesi (serviço social da indústria) e Senai (serviço nacional de aprendizagem industrial), representantes do setor de indústria; Sest (serviço social dos transportes) e Senat (serviço nacional de aprendizagem do transporte), representando o setor de transportes; e o Sebrae (serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas).

A Entidade, mantida e administrada pelos empresários do setor de comércio de bens e serviços, tem por finalidade contribuir para o bem-estar de seus associados por meio de ações nas áreas de Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. Foi criado em 1946 por decreto-lei

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra a partir das deliberações da Primeira Conferência das Classes Produtoras. De acordo com Corrêa, os principais pontos da conferência falavam da necessidade da promoção de serviços de bem-estar social, incluindo ações de saúde e educação, cooperativas, salários mais justos, melhor seguro social, seguro de acidentes, maiores férias e benesses ao trabalhador (2010), gerando a titulada Carta da Paz Social. A carta aprovada na conferência continha forte apelo à “harmonia e confraternização entre as classes sociais” que seria resultante de uma “obra educativa” intencional, cuja responsabilidade caberia necessariamente a empregadores e empregados aproximados por “estrito entendimento”. A Carta estabelecia um grande pacto social envolvendo Estado, trabalhadores e empresários, que juntos trabalhariam para amenizar os conflitos entre capital e trabalho. O termo então utilizado para esta consagração foi “Paz social” (Corrêa, 2010: 42).

O Sesc é inicialmente implantado nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Segundo Lamarão e Araújo (1994), foi adotado um sistema descentralizado de organização, contando o Sesc com uma administração nacional (com alguns órgãos de supervisão e de determinação de algumas diretrizes gerais) e administrações regionais dotadas de esfera de competência própria. A primeira administração regional do país foi o Sesc-DF (na época, situada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país), seguida pelo Sesc-RJ. A partir de 1961, esta autonomia foi enfatizada pela III Convenção nacional de técnicos do Sesc. Na prática as regionais não subvencionadas (que conseguem se manter sem a ajuda dos recursos financeiros do Departamento Nacional) – SP, RJ, MG, RS e PR – acabam sendo politicamente e administrativamente mais autônomas do que as regionais que “dependem” financeiramente da administração nacional (recebendo investimentos em infraestrutura, serviços, obras e reformas, especialmente nos seus meios de hospedagem).

De acordo com Betânia Figueiredo, projeto dessa amplitude só poderia ser içado com o apoio do governo, que, além de criá-lo por meio de decretos-lei, se responsabilizava (e ainda se responsabiliza) pelo recolhimento da contribuição compulsória no valor de 2% do montante das folhas de pagamento dos trabalhadores do comércio, possibilitando, assim, a atuação do empresariado na assistência social (1991).

Dois entrevistados¹⁰ comentam que a concepção do Sesc tem a ver com o crescimento do comunismo no país. Na década de 40, o partido comunista ganhara maioria na câmara dos deputados, deixando o empresariado brasileiro temeroso. Ao criarem diferentes federações e associações, os empresários, conjuntamente com o poder político da época, paulatinamente

¹⁰ Dionino Colanezi (ver rodapé 5 na p.5 deste artigo) e Domênico Canônico (sociólogo, trabalhou na Instituição desde 1972; é considerado por todos os profissionais anteriormente entrevistados como o principal idealizador do Turismo Social no Sesc. Entrevista concedida em 14 de dezembro de 2012 em um restaurante na cidade de São Paulo).

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

diluíam os sindicatos únicos e, por conseguinte, a união dos trabalhadores e a possibilidade de fortalecimento e de reivindicações mais intensas. Nesta conjuntura, ao criarem o Sesc, os empresários ansiavam demonstrar que, socialmente, poderiam criar melhores benefícios para o trabalhador brasileiro e suas famílias do que a proclamada filosofia comunista.

O turismo no Sesc: ações e intenções.

Uma das primeiras iniciativas do Sesc articuladas ao turismo foi a busca de uma área onde pudesse construir um local para as férias do trabalhador. A área escolhida foi Bertioga, no litoral paulista, onde em 1948 foi inaugurado o Centro de Férias Sesc Bertioga, também conhecido como Colônia de Férias Ruy Fonseca, considerada a primeira do país. Contudo, foi somente a partir de 1951, após a I Conferência de técnicos do Sesc, que a Instituição retrai suas atividades médico-assistenciais (predominante nos primeiros anos) e começa a priorizar as práticas de lazer oferecidas no tempo de não-trabalho dos comerciários, recomendando a criação de Colônias de Férias e Clubes, além da organização de férias coletivas (Corrêa, 2010). Mesmo mantendo os serviços médicos e dentários, percebe-se a partir deste momento um propósito educativo com a criação e o desenvolvimento de obras recreativas, culturais e associativas (Lamarão & Araújo, 1994).

Seguindo tal tendência, os Departamentos Regionais do Sesc em Pernambuco e no Rio Grande do Sul assinariam, logo após sua criação, contratos de arrendamento de equipamentos da rede hoteleira para a realização de colônias de férias para trabalhadores do comércio. Em 1952 é inaugurada a Pousada Nogueira, em Petrópolis, que mais tarde receberia o nome de Colônia de Férias Getulio Vargas, reinaugurada pelo próprio. Ainda na década de 1950, tem-se início a programação de excursões rodoviárias com pernoites chamadas de caravanas de turismo social - tendo o Sesc Rio Grande do Sul como pioneiro e um dos grandes organizadores destas experiências - e as atividades recreativas nas colônias de férias (Costa, 2006). Até a década de 1970 mais Colônias de Férias foram construídas, como a de Imbetiba, em Macaé-RJ, inaugurada em 1955. Segundo Lamarão e Araújo, a organização das colônias de férias em algumas administrações regionais do Sesc

[...] resultou de uma avaliação das condições de trabalho dos empregados do comércio, que constatou ser imperiosa a necessidade de oferecer à categoria, durante o período de férias, oportunidade de recuperação das energias despendidas ao longo de um ano de trabalho (1994: 58).

De acordo com Flávia Costa (2006), o maior mérito do Sesc foi o de inserir no cotidiano dos trabalhadores a questão do tempo livre e do lazer de férias, numa época em que poucos se davam conta de sua importância para o bem-estar e o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Contudo, na opinião de Denise Sant’anna: “O Sesc, ao longo de sua história, sempre se destacou por uma ação social de cunho assistencialista, seja no nível da saúde, como nos primeiros anos de sua existência, no da educação ou do lazer dos trabalhadores comerciários” (1994: 48).

Conforme Luiz Wilson Pina¹¹, a partir da década de 1970, o trabalho no Sesc teve que ser “modernizado”; este fato é ilustrado quando se percebe que, em São Paulo, a Colônia de Férias de Bertioga se tornara pequena para o tamanho da demanda, fruto do crescimento considerável da população paulista e por conseguinte, dos comerciários. Como alternativa, o Sesc-SP aumentou consideravelmente o número de excursões para determinados locais turísticos, realizando passeios de fins de semana e viagens orientadas para camadas sociais com renda de moderada a baixa, estimulando o uso intensivo dos seus equipamentos de hospedagem e lazer (Falcão, 2006) e de alternativos, como pousadas, colégios e mosteiros, firmando convênios também com diversos hotéis (Almeida, 2001). Este pode ser considerado um aspecto positivo dos projetos de turismo social da Instituição: a tentativa de adequação da “oferta hoteleira já existente a uma demanda crescente das classes menos favorecidas por alternativas de turismo viáveis” (Menezes *et al*, 2010: 22). Ainda de acordo com Menezes *et al* (2010: 22): “Isso reduz a ociosidade do *trade* turístico, inclusive durante a baixa temporada, e possibilita o seu acesso a novas camadas consumidoras, democratizando o consumo de turismo e lazer”. Deve-se destacar que a tentativa de “equalização” da *sazonalidade* (esta considerada uma das maiores “vilãs” da atividade turística) realizada pelo Sesc foi endossada por todos os entrevistados.

Esta gama de serviços e equipamentos passa a ser oferecida não somente para os comerciários e seus familiares, mas para o cidadão em geral (chamado de usuário¹²), que tem acesso a um preço *ocasionalmente* diferenciado em relação a outros arranjos do mercado turístico. Segundo Patrícia Carmo¹³ (Sesc-DN), o “ocasionalmente” varia bastante de regional para regional; dependendo do Estado, experiências turísticas concretamente acessíveis para indivíduos

¹¹ Trabalhou no Sesc-SP de 1975 até 2003. Foi orientador social até 1977, trabalhando com ação comunitária. Depois foi assessor técnico, contribuindo no planejamento das unidades operacionais da Instituição. Nos últimos anos tentou organizar no Sesc-RJ um centro de documentação e pesquisa. Atualmente é consultor da Entidade. Entrevista concedida em 04 de setembro de 2012 em um restaurante de uma livraria em São Paulo.

¹² “Usuário” é o nome dado pelo próprio Sesc para aqueles que não são Comerciários. O usuário paga um preço mais caro em relação ao valor cobrado ao Comerciário. Pelos relatórios descritivos que tivemos acesso no Sesc-memória, no período de 1976 a 2008, os usuários giravam em torno de 15 a 20% do total de beneficiados pelas atividades de turismo social do Sesc-SP.

¹³ Em 27 de agosto de 2012, conversamos com a técnica Patrícia Carmo, que integra a gerência de Turismo Social do Sesc-DN, ocasião em que ela nos mostrou alguns documentos sediados na biblioteca do Departamento Nacional. Uma destas fontes é o Documento Norteador da Operacionalização da Área de Turismo Social (1991), o qual gerou algumas reflexões presentes neste artigo.

Técnica de Turismo Social do Sesc-DN, uma das responsáveis pelas diretrizes nacionais do turismo social na Instituição.

X SEMINÁRIO 2013 ANPTUR

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

ou famílias de baixa renda são raras ou inexistentes. Sobre essa compreensão, Luiz Pina e Sílvia Hirao¹⁴ descrevem que o turismo emissivo tomou tamanha proporção que chegou a um ponto em que as unidades do Sesc competiam com as agências de viagens privadas, o que iria de encontro a sua própria natureza. Quanto a isso, o depoimento de um gerente de uma das unidades do Sesc Rio provoca reflexões quanto as ações envolvendo o turismo da Instituição, que para ele, não representava a comunidade local¹⁵: “Era um turismo comercial, com parceiros, com um valor não acessível a essas pessoas e nem ao próprio comerciário [...] na verdade, o trabalho do Sesc não é competir com as empresas de turismo” (Cheibub, 2009: 63).¹⁶

Em 1979 o Sesc-SP adere aos princípios estabelecidos na famosa Carta de Viena, também conhecida como Carta do Turismo Social, adotada pela OITS em 1972 (Bureau, 1980). Dois princípios fundamentais estão enunciados na declaração supracitada, considerada o principal documento relacionado ao turismo social, servindo de guia de ação para todas as entidades que desenvolvem esta modalidade de turismo: 1) o turismo é parte integrante da vida social contemporânea e 2) o acesso ao turismo deve ser visto como um direito inalienável do indivíduo.

Em 1980, o Sesc paulista filia-se à OITS¹⁷, tornando-se a primeira organização das Américas a integrá-lo, participando ativamente dos encontros internacionais promovidos pela Organização. Posteriormente, em 1996, é signatário da adoção da Declaração de Montreal, que atualizara a Carta de Viena. Conforme comentado em item anterior a declaração agregou as questões de equidade e de solidariedade com as comunidades anfitriões (Bureau, 1996). Certamente uma ampliação na concepção mais geral de turismo social e que pode ser visto parcialmente na prática com o exemplo do turismo emissivo do Sesc São Paulo, em que nos passeios a determinados lugares, é contratado um guia local e são utilizados equipamentos, instalações e serviços da localidade visitada; além disso: “As comunidades passaram a ser convidadas, sempre que possível e em acordo com a programação desenvolvida, a estreitar o contato com os participantes das atividades, geralmente por meio da demonstração de um conhecimento tradicional” (Costa, 2006: 17). Por outro lado, algumas “unidades-hospedagem” nomeadas de Colônias de Férias (como a de Bertioga-SP, Venda Nova-MG e Nogueira-RJ) apresentam pouquíssimas relações com seu entorno, aparentando mais uma “ilha” de desenvolvimento rodeada por comunidades pobres.

Mesmo que, notadamente na regional paulista a partir dos anos 80, percebamos um processo de ressignificação da atividade, ainda hoje são majoritárias as atividades agenciadoras de

¹⁴ Coordenadora, juntamente com Denise Kieling, Leila Ichikawa e Flávia Costa, do programa de Turismo Social da gerência de programas socioeducativos. Entrevista concedida dia 23/11/2012 na sede administrativa do Sesc-SP.

¹⁵ Se referindo especificamente às pessoas da região da Leopoldina.

¹⁶ Depoimento retirado das entrevistas que realizei na pesquisa de mestrado.

¹⁷ O Sesc Nacional filiou-se somente em 2011.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

turismo nas muitas unidades do Sesc-SP. Todavia, algumas unidades tomam cuidado com a destinação, com a época (tentam vender pacotes na “baixa” temporada, conforme já exposto acima), com o público, objetivando não concorrerem diretamente com as agências privadas, não caracterizando desse modo um turismo estritamente comercial. Um dos tópicos do documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social do Departamento Nacional coloca que: “Não se recomenda o uso de comunicação de massa (Rádio, TV, Jornal) face a interpretação de concorrência por parte das agências de turismo” (1991: 13). Podemos conjecturar: se houvesse um processo de seleção dos indivíduos ou famílias que tivessem prioridade no usufruto das ações oportunizadas pelo Sesc¹⁸, seria necessário esta solicitação e a preocupação de possível concorrência com as agências comerciais? Além disso, a diretriz esclarece algo reiterado por quase todos os profissionais entrevistados: a pouca divulgação das atividades turísticas em geral oferecidas pela Instituição.

Há ainda os projetos subsidiados pelo próprio Sesc e/ou parceiros / patrocinadores - como é o caso do TJC, analisado em minha pesquisa de Mestrado - oferecidos gratuitamente a comunidades de baixa renda, geralmente situadas no entorno das unidades. De acordo com Costa (2006), a criação de programas especiais por segmentos e/ou estratos sociais mais vulneráveis visa, primeiramente, incluir tais estratos no movimento turístico, iniciando-os no mundo das viagens e do turismo. Em São Paulo “[...] foi incrementada a programação onde tais segmentos pudessem exercitar a convivência com outros grupos, num claro enfrentamento ao isolamento em guetos e num amplo exercício de inclusão e solidariedade” (Costa, 2006: 14). No Sesc regional Rio, desde 1978, porém mais intensamente nos últimos vinte anos, podemos perceber uma grande quantidade de trabalhos com idosos, tendo como objetivos a prevenção ao isolamento e à marginalização, criando grupos de convivência e uma movimentada programação recreativa e cultural, incluindo diversos passeios e viagens (Lamarião & Araújo, 1994: 164).

Conclusões

Nas análises que foram realizadas envolvendo os dois departamentos (Sesc-DN e Sesc-SP), podemos perceber algumas diferenças em relação às diretrizes no que tange a “filosofia” implementada com o turismo social e algumas semelhanças na operacionalização e no funcionamento metodológico dos setores de turismo das unidades de ambos. Quase todas as unidades apresentam um setor de *turismo social* que pouco dialoga com a característica principal de sua concepção, não proporcionando um acesso mais extenso às pessoas de baixa renda. Quanto a relação teoria/prática verificada nas últimas décadas, o Sesc-SP desde o início dos anos

¹⁸ Assim como acontece em diversos programas de órgãos e instituições europeias, onde a renda e a quantidade de pessoas na família são os critérios principais ao se priorizar o acesso ao turismo (Lima *et al*, 2011).

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

2000 e o Sesc-DN nos últimos anos têm buscado conhecimento e trocas científicas e políticas por meio da promoção e organização de eventos junto à OITS.

Outra diferença conceptual entre os dois departamentos apontada pela entrevistada Denise Kieling (Sesc-SP) diz respeito à formação das equipes de turismo social: enquanto o Sesc-DN acredita que uma equipe de turismo das unidades do Sesc deveria ser formada apenas por turismólogos, a regional paulista crê em equipes interdisciplinares, tanto de formação quanto de prática. Uma questão assumida por Patrícia Carmo, do Departamento Nacional, é a carência na Instituição de mão de obra tanto em quantidade quanto em qualidade: “o trabalho é feito muitas vezes com equipes restritas”; tem-se a estrutura física (vide os diversos meios de hospedagem do Sesc espalhados pelo Brasil), porém, para ampliar a demanda seria necessário a contratação e a capacitação de profissionais que pudessem dar conta de um maior volume de trabalho. Além disso, as políticas comerciais entre as regionais – na conjugação entre emissão e recepção, sobretudo envolvendo grupos de turistas – nem sempre se coadunam de maneira eficaz.

O Sesc-SP nos últimos anos, de acordo com as coordenadoras do setor de Turismo Social da regional, contribui para que o turismo, conceptualmente, não esteja atrelado somente a viagem, tentando se diferenciar das agências de viagens privadas. O turismo da Instituição tem sido desenvolvido, sobretudo ao pensarmos na organização da prática, na perspectiva das visitas e dos passeios, que ocorrem num mesmo dia e muitas vezes na própria cidade do beneficiado. Isso vai ao encontro com a ideia de que a distância espacial entre os lugares ou sua demarcação geopolítica não infere no sentimento que muitas pessoas têm de que o turismo é um passeio, podendo ser mais longo ou curto, mais perto ou distante, na mesma cidade e acontecendo em um mesmo dia.

Segundo as coordenadoras do Turismo Social do Sesc-SP, os passeios de 1 dia tem sido há alguns anos o foco principal da regional, por acreditarem que o Turismo Social conceptualmente tem o papel de fazer as pessoas conhecerem prioritariamente aquilo que está mais próximo. A entrevistada Denise Kieling coloca que na visão do Departamento Nacional, o papel do turismo social não é necessariamente este; nas palavras de Kieling, para o Sesc-DN o turismo social pode oferecer inclusive experiências em países estrangeiros, nomeado pelo mercado de *turismo internacional*, dessa forma implicando menos na classe social atendida. Na opinião da técnica de turismo social do Sesc-DN, Patrícia Carmo, o Sesc faz bastante pelos comerciários e seu familiares, questionando até se outras associações de classe conseguem realizar o mesmo. Contudo ela avalia que em algumas regionais não há uma preocupação social envolvendo o turismo, em outras palavras, “não se esforçam o bastante para oferecer o menor preço possível”, o que aponta para uma de nossas hipóteses principais: o quanto de turismo social efetivamente há no Sesc?

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

Certamente é necessário o aprofundamento da pesquisa de campo para a obtenção de mais resultados e conclusões. Podemos perceber que a relevância desta investigação se delinea na possibilidade de pensar e tentar compreender a inclusão no lazer numa perspectiva complexa e dialética. Entender como a criação de significados a respeito do turismo - enquanto possibilidade de lazer - é pressionada pelo jogo político e econômico nos parece uma área fértil no campo da história e das ciências sociais.

Referências

- Abitia, S. R. (2006). Panorama do turismo social no mundo. In Carvalho, C. L. de; Barbosa, L. G. M. (Ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. 146-155. Rio de Janeiro: Senac Nacional.
- Almeida, M. V. de. (2001). **Turismo Social**: por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira. Dissertação de Mestrado, ECA/USP, São Paulo.
- Baranowsky, S. (2004). **Strenght through joy: consumerism and mass tourism in the Third Reich**. N.York: CUP.
- Brêtas, A. (2007). **'Nem só de pão vive o homem'**: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/UERJ, Rio de Janeiro.
- Brêtas, A. (2008). Serviço de Recreação Operária: a singularidade de uma experiência (1943-1945). In Brêtas, A.; Alves Júnior, E.D.; Melo, V. A. (Ed.) **Lazer e cidade**: reflexões sobre o Rio de Janeiro. 43-71. R.Janeiro: Shape.
- Bureau (1980). *Bureau internacional du tourisme social*. **Estudios Turísticos**, Madrid (67), 147-154.
- Bureau (1996). Declaração de Montreal. **Bureau Internacional du Tourisme Social** [S.I.].
- Cheibub, B. L. (2009). **Lazer, experiência turística, mediação e cidadania**: um estudo sobre o projeto Turismo Jovem Cidadão (Sesc-RJ)”. Dissertação defendida no Mestrado em Lazer, UFMG, Belo Horizonte.
- Corrêa, A. A. A. (2008). A construção da modernidade e o controle do não-trabalho na sociedade brasileira: uma análise comparada do SRO e o Sesc. **Anais do XIII Anpuh-Rio**, 1-12.
- Corrêa, A. A. A. (2010). **A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira**: uma análise das propostas do serviço social do comércio (Sesc). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social/UERJ, Rio de Janeiro.
- Costa, F. R. (2006). **Turismo para todos**: Turismo Social no Sesc-SP. São Paulo: Sesc.
- Departamento Nacional do Sesc (1991). **Documento norteador da operacionalização da área de Turismo Social**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Informação – Sesc/DN.
- Dumazedier, J. (1973). **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva.
- Falcão, C. H. P. (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In Carvalho, C. L.; Barbosa, L. G. M. (Ed.) **Discussões e propostas para o turismo no Brasil**. 127-145. Rio de Janeiro: Senac-DN.
- Falcão, C. H. P. (2009). Turismo Social. In Barros Júnior, J. C. (Ed.) **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. 117-140. São Paulo: Editora Edicon.
- Figueiredo, B. G. (1991). **A criação do Sesi e Sesc**: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio. Dissertação de Mestrado, Faculdade de História/Unicamp, Campinas.

X SEMINÁRIO ANPTUR 2013

X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
9 a 11 de outubro de 2013 – Universidade de Caxias do Sul

- Gomes, A. de C. (1994). **A invenção do trabalhismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Guimarães, V. L. (2012). **O turismo levado a sério**: Discursos e relações de poder no Brasil e na Argentina (1933-1946). Tese de Doutorado em História Comparada, IFCS-UFRRJ.
- Hjalager, A. (2004). *Innovation in Tourism from a Welfare State Perspective*, **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**. v.5 (1), 46-62.
- Lamarão, S. T. de N. e Araújo, R. C. de. (1994). **Memória SESC Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sesc-ARRJ.
- Lima, J.; Eusébio, C.; Varum, C. A. (2011). O combate à exclusão social através de programas de Turismo Social para famílias economicamente carentes In **Tourism and Management Studies**, no. especial, 639-653.
- Magnani, J. G. C. (1996). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J. G. C.; Torres, L. L. (Ed.) **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. 41-56. São Paulo: EDUSP.
- Marcellino, N. C. (1987). **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papirus.
- Melo, V. A. (2003). **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA.
- Menezes, P.; Motta, P.; Da Silva, T. C.; Vidal, M. de O; Castro, D. C. de (2010). Democratização do turismo no Brasil: um estudo sobre o papel do Turismo Social. **4º. CLAIT**, 1-24.
- Minnaert, L.; Maitland, R.; Miller, G. (2009). *Tourism and social policy: The Value of Social Tourism - Annals of Tourism Research*, v. 36 (2), 316–334.
- Minnaert, L.; McCabe, S.; Diekmann, A. (2012). **Social Tourism in Europe: Theory and Practice**. A. of Tourism.
- OMT (2001). **Código Mundial de Ética do Turismo**. Versão portuguesa, Madrid.
- Ortunõ, M. (1976). **Introducción al estudio del turismo**. México: Textos Universitários.
- Ouriques, H. R. (2005). **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas/SP: Alínea.
- Porter, R. (2001). Os ingleses e o lazer. In Corbin, A. (Ed.) **História dos tempos livres**. 19-58. Lisboa: Teorema.
- Pinto, L. M. S. de M. (2008). Políticas Públicas de Lazer no Brasil: uma história a contar. In: Marcellino, N.C. (Ed.) **Políticas Públicas de Lazer**. 79-95. Campinas: Alínea.
- Ribeiro, M. (2006). Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educ. Soc.**, v. 27 (94), 155-178.
- Rodrigues, J. P. (2010). **Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária**: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação/USP, São Paulo.
- Rule, J. (1990). **Clase obrera e industrialización**. Barcelona: Editorial Crítica.
- Sant'anna, D.B. (1994). **O prazer justificado**: história e lazer (São Paulo 1969/1979). São Paulo: Marco Zero.
- Silva, D. A. M. da. (2008). Territórios do Lazer: panoramas e reflexões sobre a animação sociocultural. In: Marcellino, N.C. (Ed.) **Políticas Públicas de Lazer**. 97-117. Campinas: Alínea.
- Spode, H. (2004). *Fordism, Mass Tourism and the Third Reich: the "Strength through Joy" Seaside Resort as an Index Fossil*, **Journal of Social History**. v. 38, (01), 127-155.